



Anais da Assembléia

Nº 125/126

CURITIBA, TERÇA E QUARTA-FEIRA, 14 e 15 DE OUTUBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATIVA ATA DA 185ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 de OUTUBRO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Trajano Bastos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (40); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Juranir Messias, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente requer, seja dado voto de congratulações pela passagem do 9º aniversário de Céu Azul, no dia 9 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1975.

a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Esta Casa não poderia deixar de enviar suas congratulações pela data tão festiva de um município que é um dos centros mais dinâmicos da progressista região do Oeste do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que determine a instalação de um Posto de Salva-Vidas, entre o Posto Principal de Guaratuba e o Morro do

Cristo, mais precisamente nas proximidades de onde desemboca a Rua Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Por ocasião da temporada de praia, verifica-se grande afluência de banhistas naquele local, os quais pela falta de um posto de salva-vidas, nas proximidades, ficam expostos aos perigos que o mar oferece, sem que hajam pessoas habilitadas e que permaneçam no local de plantão, para evitar danos à integridade física e veranejar, aproveitando a nossa temporada de praia, para gozar de um merecido descanso após intensa atividade exercida na Capital e cidades vizinhas.

Assim sendo, a nossa solicitação é que o Exmo. Sr. Secretário inclua no plano de segurança pública, para a próxima temporada de praia, a instalação de um Posto de Salva-Vidas entre o Posto Principal de Guaratuba e o Morro do Cristo, mais precisamente, nas proximidades de onde desemboca a Rua Ponta Grossa, que é o local onde ocorre a maior afluência de banhistas.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e conseqüente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao Secretário da Educação e Cultura, Professor Francisco Borsari Neto, solicitando a construção de, pelo menos, quatro salas de aula no prospero distrito de Marabá, município de Tuneiras do Oeste, para que seja possível o atendimento ao elevado número de jovens e crianças em idade escolar que ali residem.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente da SANEPAR, solicitando as necessárias providências no sentido de serem incluídas no plano prioritário da empresa, as obras de implantação de rede de distribuição de água na sede do município de Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Em nota de 19 de setembro último, o MDB manifestou sua posição inquestionável no tocante à ordem jurídica dominante no País.

As nossas leis mais importantes não são essencialmente democráticas, notadamente em sua elaboração, mas, não há negar-se: em sua aplicação estabelecem e definem responsabilidades, de modo a se configurar, diante da lei, um plano de seguran-

ça, suporte de garantias individuais para a vida do cidadão na Sociedade.

No preâmbulo do Ato Institucional nº 5 em vigor, firmado pelo ex-Presidente Costa e Silva e seus Ministros, após ouvirem o Conselho de Segurança Nacional, forem reiterados formalmente os "fundamentos e propósitos", dos atos anteriores que "visavam dar ao País um regime que", atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica "ordem democrática", baseada na "liberdade", no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias à tradição de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando desse modo, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil".

A Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, regulou o Direito de Representação e o Processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade, estabelecendo que a representação será exercida por meio de petição dirigida à autoridade superior que tiver competência para punir a autoridade culpada.

Entre outros fatos definidos como crimes pelo mencionado diploma, constitui infração à lei qualquer atentado "à liberdade de locomoção", "à inviolabilidade do domicílio", "ao direito de reunião", "à liberdade de consciência e de crença", "à incolumidade física do indivíduo", "à execução de medida privativa da liberdade individual sem as formalidades legais ou com abuso do poder".

As sanções estabelecidas na citada lei variam entre a pena de prisão, multa, perda de cargo e inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo de até três anos, além da sanção civil, que em qualquer caso a indenização varia de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 10.000,00.

Estas observações precedem à leitura que iremos fazer da "nota oficial" firmada em data de ontem pela Executiva Regional e pela Bancada Estadual do MDB do Paraná, relacionada ao constrangimento ilegal sofrido pelo Senhor Deputado Domingos Scarpelini, membro deste Legislativo, por parte do Senhor Capitão Romaris, em Apucarana, já de amplo conhecimento público.

Estabelece a Constituição Federal que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei" Art. 153, § 2º; e mais: ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente art. 153, § 12º).

Ora, no caso em que se viu detido o Senhor Deputado Domingos Scarpelini, houve violação específica de preceito constitucional, pois, segundo o artigo 32 da mesma Carta.

"Os Deputados e Senadores são invioláveis, no exercício de mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de injúria, difamação ou calúnia, ou nos previstos na Lei de Segurança Nacional".

Suposições, reais ou não, não justificam prisão de parlamentar, que é direta e criminalmente responsável pelas suas atitudes e conceitos que emitir, "não existindo imunidades" ante a injúria, a calúnia ou a difamação.

É nossa intenção demonstrar, conclusivamente, que fatos dessa natureza podem gerar clima de total insegurança ao povo brasileiro, transformando os dispositivos legais em sistemas verdadeiramente anárquicos.

Confiamos — e o dizemos com a fé de nosso cargo — que tal não venha acontecer, pois entendemos, pelo que ficou escrito, inclusive pelos princípios democráticos defendidos pelo Poder, que as leis vigentes enquanto vigorarem, terão respeito e acatamento, não só para serem aplicadas e impostas ao povo, mas também, democraticamente, a toda e qualquer autoridade, civil ou militar, infratora dos dispositivos legais.

Se assim não fosse, só restaria um último apelo: que Deus salvasse o Brasil".

(Lê): "NOTA OFICIAL

A Comissão Executiva do MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO DO PARANÁ, e a Bancada de Deputados Estaduais, face à ocorrência registrada em APUCARANA em data de 11 de outubro corrente, envolvendo o Deputado Estadual JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que se viu privado de sua liberdade de locomoção por algumas horas, em ato que configura abuso de autoridade por parte do Capitão Romaris, entendem de vir a público, após reunião conjunta, para manifestar a sua repulsa.

O Deputado Estadual José Domingos Scarpelini sofreu constrangimento ilegal em flagrante atentado às suas imunidades parlamentares que lhe são asseguradas pela Constituição cujo episódio, pode ser o primeiro dessa natureza, abre no País um gravíssimo precedente.

Pelos esclarecimento do Deputado SCARPELINI, a autoridade coatora alegou que sua detenção se devia a notícias que teria recebido de que o parlamentar pretenderia pronunciar-se da tribuna da Assembléia Legislativa, contra os contratos de risco que a Petrobrás foi autorizada a celebrar.

Quanto ao abuso de autoridade, as responsabilidades civis e criminais, com integral aprovação do MDB e da Bancada de Deputados Estaduais, deverão ser apuradas, de imediato, pelas vias competentes, por quem de direito.

Por último, confia-se que o Poder Legislativo do Paraná dará cabal cumprimento à imprescindível defesa da instituição que também foi atingida.

Em 15 de outubro de 1975.

aa) EUCLIDES SCALCO — Presidente do Diretório Regional do MDB

JOSÉ MUGGIATI FILHO — Líder da Bancada".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Na última fala do Sr. Presidente da República, já comentada neste recinto, evidenciou-se de que a oposição procura tirar resultados de um ato de coragem, de franqueza e de lealdade para com o próprio País. Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já passou a época da demagogia barata e das informações de puro agrado, sem nenhuma ressonância de caráter objetivo.

Hoje, vivemos uma época realística em que é preciso apontar ao povo brasileiro a verdade.

E essa verdade, doa a quem doer, agrada a quem agradar, foi dito quando o Presidente Geisel fez o seu pronunciamento à Nação.

Num linguajar direto S. Exa., como que foi de encontro ao angustioso problema nacional, aceitando o desafio dos incrédulos. Dizem os que não se comungam com a nossa posição partidária que se assim falando não dá votos. De vez, que o voto é que alega, é que coloca o homem público ao Poder. Contudo, bem analisado é exatamente uma posição como a tomada que permite ao eleitor consciente sentir que deve votar na ARENA e que deve prestigiar quem tem a coragem cívica de dizer a verdade, quando ela precisa ser dita.

Não há outra alternativa. E para isso é preciso alertar os indecisos, informar aos que não sentem o problema em toda a sua latitude e longitude e mostrar a quem quiser saber que o caminho tomado foi o único capaz de conduzir a Nação dentro de seu padrão de progresso.

Pode ser que no impacto inicial tenham surgido dúvidas e até desesperanças, mas a grande verdade é que no exame profundo da fala presidencial, sente-se o respeito do Sr. Presidente da República pelos brasileiros, e a sua imensa preocupação em bem servir ao seu povo. Tanto assim é exato que informou à Nação daquilo que iria realizar, daquilo que está fazendo.

Na sua imensa lealdade, ainda em Cruz Alta, quando inau-

gurou o corte do trigo no Rio Grande do Sul, de improviso, ressaltou a necessidade de muito mais trabalho por parte de seus compatriotas, para fazer frente às dificuldades atuais.

É com essa tônica, com esse respeito ao povo de nossa Pátria, que S. Exa. vem governando a Nação.

Razão porque, nem necessário é o voto de confiança para o Presidente, mas sim compreender que nele reside o Supremo Comando da Nação e que ele, vem realizando obra das mais profícuas, dedicado exclusivamente a fazer com que o Brasil, verdadeiro oásis de tranquilidade, no conturbado mapa da América do Sul, continue em sua senda de trabalho, de respeito às instituições e de segurança para com a família.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a hora é mais do que nunca de estarmos de mãos unidas, levando a S. Exa. a certeza de nossa lealdade.

Era só.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "De que vale, falarmos em nome do povo, sabemos que o povo está cada vez mais pobre. De que vale, fazermos pronunciamentos ao risco dos imprevistos, se o Governo parece não sensibilizar com o clamor da gente brasileira, são os parlamentares de todas as áreas, homens que conhecem porque sentem na própria carne o avanço da pobreza que prolifera nesta Nação, que gritam na tribuna do povo, desde as Câmaras Municipais, até o Senado da República, pedindo, implorando, e esmolando a consciência dos governos no sentido de que abram os olhos ao clamor da população brasileira, que se encontra asfixiada e as determinativas de um custo de vida insustentável e proliferante, tudo em decorrência da má distribuição de Rendas já com exemplos de ocorrências maléficas em muitos países do globo.

O Senado tem lutado através dos representantes do povo, pela melhor distribuição de Rendas ao povo brasileiro, entretanto, a essa luta até o presente, não conseguiu sensibilizar o Governo. Ao lançamento do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, aquela Casa, procurou mostrar ao Governo, que a preocupação era de fazer o Brasil passar de nono para oitavo lugar entre as Nações, no que se refere ao produto nacional bruto. E isso foi alcançado, entretanto, o paradoxo, o Brasil ficou mais rico, porém o povo brasileiro ficou mais pobre.

Vem aí agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. O objetivo agora é a melhor distribuição de rendas, pessoal e regional, juntamente com o crescimento econômico e a preservação da estabilidade política e social assegurada a participação das classes produtoras, dos trabalhadores e de todas as categorias vitais ao desenvolvimento nas suas diferentes manifestações.

Entretanto, se não for corrigido a evasão de recursos para os grandes centros, de nada adiantam os planos de submissão ao povo a planos de desenvolvimento, porque esses planos só podem e só encontrarão fórmula para serem acionados com êxito, se a distribuição das rendas for colocada na balança da Justiça.

Denunciamos daqui, há pouco tempo, o Banco Nacional de Habitação, qualificando-o como verdadeira arapuca oficial, o qual tanto tem sangrado e vem sangrando a escassa economia do do trabalhador brasileiro, principalmente a do operário que se transformou no mutuário escravo desse Banco de expressão extraordinária, criado e montado com o confinamento de parte do trabalho do operário através do fundo de garantia por tempo de serviço; O BNH arrecadou em 10 anos, cerca de 3 bilhões de cruzeiros no território nacional e aplicou apenas 10 por cento da receita arrecadada no interior, vindo a conceder recentemente empréstimo de um bilhão de cruzeiros para alguns metrô das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O BNH arrecadou e vem arrecadando na constância de sua atividade a maior soma, ou

melhor, 90 por cento da sua receita no interior e nele não aplica da sua receita no interior e nele não aplica nem sequer 10 por cento da receita arrecadada. Pelo contrário, cada aplicação feita fora das capitais só tem um objetivo que está profundamente esclarecido, evidenciado, comprovado: o objetivo de arrecadar de forma violenta através de construção de casas populares, as incalculáveis receitas para aplicá-las nos grandes centros urbanos, principalmente nas obras do Poder Público, ou nas iniciativas particulares de grande monta.

Além de tudo isso, o BNH é o maior comprador das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional.

Os municípios, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estão se esvaziando a cada dia que passa. A acumulação dos recursos nos grandes centros tem empobrecido de forma violenta a economia dos municípios brasileiros. Entre tantas arapucas geradoras de empobrecimento nacional e de forma acentuada das áreas interiores, devemos citar também a LOTERIA ESPORTIVA, e a redução de 10 por cento do Fundo de Participação dos municípios. De conformidade com a legalidade sobre a Loteria Esportiva, exige obrigatoriedade de aplicação de 20 por cento da renda líquida nos municípios de procedência da receita nele gerada. Entretanto, o que está acontecendo não é mais nem menos que a absorção dos capitais pertencentes às municipalidades brasileiras para os grandes centros, sem qualquer retorno econômico para a subsistência comunitária; o que está havendo é a concentração cada vez maior dos recursos municipais nas mãos dos órgãos centralizados.

É um crime, o caso da redução do Fundo de Participação dos municípios, é um absurdo sacrificar ainda mais os municípios brasileiros, tão sofridos e tão abandonados, mais absurdo ainda é fazer tudo isso sob a alegação de urgente necessidade de saneamento da política econômica-financeira do País, fato reconhecido pelo próprio Governo Federal. Ninguém pode negar que esta Pátria de Deus, este Brasil tem sido reconhecido no mundo inteiro como o maior celeiro neste planeta terráqueo, e que suas economias têm advindo nunca dos grandes centros, mas sim das suas quase 5 mil células municipais.

Os agrupamentos continuam a proliferar, as sangrias orçamentárias já não é mais privilégio do poder central, prolifera-se, agora, de forma magistralíssima, no âmbito dos estados, Primeiro iniciou-se pelas chamadas companhias de economia mista, e logo até as empresas particulares passam a participar das facilidades de abiscoitar do dinheiro arrecadado da miséria do povo.

E mesmo se notando que é direito universal do Direito Público, "conforme palestra proferida recentemente pelo eminente Conselheiro NACIM BACILLA NETO" aqui nesta Assembleia, quando afirma que, adotado pelas administrações dos sistemas políticos mais avançados, e de que os atos de gestão financeira e orçamentária de um governo sofrem permanente controle para não se desviarem dos padrões legais e regulamentares erigidos no interesse público e no bem estar comum, por ser o objetivo mais alto de qualquer administração.

Confirmando com essa filosofia, o DEVER DE PRESTAR CONTAS e fez questão o nobre Ministro em afirmar, "cabe à Assembleia Legislativa fiscalizar a LISURA NA APLICAÇÃO DOS DINHEIROS PÚBLICOS", com tudo isso conforme tivemos a oportunidade de ver na semana passada, requerimento de autoria do nobre Deputado Edilson Alencar, vencido nesta Casa, porque pedia certa prestação de contas da PARANATUR, com todo o direito de pedir, com todo o direito de indagar, porque a PARANATUR sangra o orçamento do Estado de uma forma acentuada mas, a douta bancada do Governo, nesta Casa, fez questão de afirmar o seu ponto de vista contrário ao que dispõe todas as formas legais, e com sua maioria, cotou contra o pedido de informações que fundamentalmente seria uma prestação de contas ao povo, verdadeiros donos da economia do Estado.

Ainda do eminente Ministro BACILLA NETTO, "os princípios básicos da gestão pública de observância permanente e

obrigatória - expressos em Lei, impostos pela moral administrativa e exigido pelo interesse social, impõe a todo o responsável por valores públicos, o dever de prestar contas ou desnudar, aos controles instituídos, o âmago de sua Administração. A Constituição Federal em seu artigo 10, letra "f", exige a obrigatoriedade de prestação de contas do dinheiro público.

Nós entendemos, que de natureza análoga ao sistema mercantil, o Contrôlê priva de fatos da Administração interna, desde que, essa Administração não faça configurar em seu patrimônio economia do erário Público, quando isto acontece, o Conselho Fiscal do povo, do Patrimônio Público, e as Assembléias Legislativas, no caso de governos de Estado, sendo elas revestidas de direitos para pedir e exigir até, na forma estabelecida constitucionalmente as informações que julgarem necessárias em resguardo dessa mesma economia.

Vem aí a Emopar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com 45 anos de idade, com 15 anos de vida pública, numa trajetória permanente aprendi, ainda até ontem, que toda vez ao lançarmos uma assinatura em qualquer documento, é preciso que se leia esse documento. Quando estava exercendo atividades na segunda Secretaria da Mesa, fui procurado por meu nobre e ilustre companheiro de Comissão, meu estimado Presidente da Comissão de Finanças, que me pediu uma assinatura. Ocupado nos trabalhos e obrigações da Mesa, dei a assinatura sem ver e só hoje, pelos jornais, é que vi que havia votado como membro da Comissão de Finanças pela aprovação da EMOPAR.

Quero deixar esclarecido, questão fechada de minha parte, não digo em nome do meu partido, que sou contra a constituição da EMOPAR da forma como está prevista no bojo do projeto. No plenário, meu voto como um dos representantes do povo do Paraná, será contra a instituição da EMOPAR, na forma como está configurada dentro do projeto que tramita nesta Casa.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Lúcio Machado, até esta data tinha particularmente, até mesmo respeito afetivo por V. Exa., porque sempre vi nesta tribuna um dos homens de coragem, um dos homens que, com razão ou não, sempre falava transmitindo a dade, penso.

Mas V. Exa. me coloca hoje, nobre Deputado, numa posição, razões, naturalmente, inconfessáveis, mas que me fazem neste aparte dizer da frente a V. Exa., que está mentindo. V. Exa. quando assinou sabia o que estava assinando. Até me admirei que V. Exa. tivesse assinado. Já havíamos conversado sobre o assunto e, naquele momento, foi lido o parecer para V. Exa. Portanto, o nobre Deputado assinou sabendo o que estava assinando. V. Exa. já havia dito a mim na condição de Presidente da Comissão de Finanças e V. Exa. na de V. Exa. que comungava com a iniciativa do Governo com relação a Emopar. Pelo visto, V. Exa. mudou de idéia, e deste momento em diante receberá outro tratamento, porque jamais enganarei um Deputado. V. Exa. é tão parlamentar como eu. Como pode, da tribuna, dizer que foi ludibriado por um Deputado e eu não tenho capacidade para isto e nem V. Exa. é tão inocente assim.

Portanto, se V. Exa. mudou de idéia, haveremos de reconsiderar o seu voto, por acaso, regimentalmente encontrar amparo. Mas, nunca jamais, vou concordar com V. Exa. que assinou um documento sem ler. Ora, Sr. Deputado, se V. Exa. é capaz de fazer isso, por favor não faça mais. Um documento dessa envergadura deve ser lido e para o nobre Deputado já tínhamos lido muito antes, e seu voto já havia sido, anteriormente, declarado a mim no sentido de que iria votar de acordo com a proposição do Governo, não por interesse porque não lhe ofereci nada em troca. Por isto a coragem que respeitei em V. Exa. porque não lhe prometi nada e portanto não recebeu nada em troca do voto. Foi de livre consciência e eu até pensei que V. Exa. estava consciente do que estava fazendo. É o aparte por enquanto.

O SR. LÚCIO MACHADO - Que seja por enquanto. Toda e

quantas vezes V. Exa. pretender me apartear terá esta condição.

Primeiro me permita responder a V. Exa. que jamais fui mentiroso, muito menos omiti a minha posição como cidadão e como homem público. Ontem pensei que estava assinando um projeto que não carecia de uma verificação. A nossa Comissão que honra com a presidência de V. Exa. e que me dignificou também, por me ter dado o lugar de Vice-Presidente, até hoje, não teve uma reunião para discutir os projetos que por ela passaram. Por isto mesmo aí se vê a manifestação de confiança existente entre aqueles que a integram. Entretanto, a confiança que até ontem tinha em V. Exa., deixo de ter a partir de hoje ao ver o jornal, porque um projeto de tanta envergadura como esse, se a Comissão não pudesse se reunir para discutir, pelo menos V. Exa. deveria em sua mesa de trabalho ter me dado conhecimento de que se tratava do projeto da Emopar.

Não fui solicitado nem sequer pela minha bancada para votar contra o MDB, não fui pedido por quem quer que seja, fui movimentado por minha consciência ao ver que este projeto não corresponde aos interesses do Paraná e prejudica os interesses deste Estado, quero deixar esclarecido que jamais omiti meu dever, jamais fugi de minha responsabilidade e negocieei minha consciência, jamais vendi minha honra de homem público e assim haverei de proceder até o último instante da minha vida pública.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado, só pedi o aparte para dizer de quanto é verdade de que nós tratamos da matéria com antecipação, que eu levei para V. Exa. a matéria já aprovada na Comissão. A sua assinatura não modifica a posição da Comissão. Então não foi em função do seu voto que nós pretendêssimos adquirir condições de aprovação da Comissão. V. Exa., eu agradeço a referência de que teria assinado, agradeço a confiança em que me foi depositada, mas quero lembrar que quando V. Exa. teve em mãos a matéria, estava em aprovação com número suficiente para aprovação, matéria pela qual poderia agir de má fé, dispensar a sua assinatura mas V. Exa. tem que se repotar sobre esta matéria, versamos com muita antecipação e eu estava ciente da sua aprovação, estava ciente e comentei com outros colegas que V. Exa. era uma bandeira quando se achava convencido que devia votar, e jamais aparteei V. Exa. discordando da opinião de V. Exa., mas nisto V. Exa. teve a iniciativa, ou não foi pressionado pela sua bancada ou V. Exa. é daqueles que faz oposição sistemática contra o Governo, se V. Exa. adotar esta trilha, esta rigidez, haverá de ter este Deputado para enfrentá-lo. Sempre o respeitei como um homem seguro e V. Exa. hoje está escorregando a respeito da Emopar, V. Exa. jamais terá êxito da tribuna. Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO - Comete V. Exa. outra injustiça,

quando afirma neste plenário e perante a representação do povo do Paraná, que aqui fazemos oposição sistemática ao Governo, votando contra os projetos oriundos do Executivo. Na trajetória de oito meses de exercício deste mandato, dezenas de projetos oriundos do Executivo mereceram nosso voto pela sua aprovação e, mais uma vez, devo esclarecer a V. Exa. que sabia antes da sua informação que não haveria necessidade de minha opção, de meu voto na Comissão de Constituição e Justiça para que fosse aprovado por ela o projeto da Emopar. Apenas estou me esclarecendo para que ninguém tome por uma guinada como disse V. Exa. no momento em que a matéria vem a plenário, para que seja aprovada, meu voto seja contra ela. Não faço parte, nobre Deputado de qualquer conclavo político. Ajo independentemente e respondo por minha decisão. O meu voto será contra o projeto, na forma como esta no momento que apareceu no plenário para submeter-se ao veredito. Quero justificar em poucas palavras porque este projeto não corresponde ao interesse comum da comunidade paranaense, porque a vantagem é perigosa e pode

trazer sangria mais alta à receita do Estado do Paraná, que já nos dias que passam se encontra abalada por falta de responsabilidade pela fiscalização do dinheiro público deste Estado. Mas Sr. Presidente, dando prosseguimento ao meu pronunciamento, eu falava: (Continua lendo): "Vem aí a Emopar, caso idêntico, perigo eminente de mais um episódio que movimentará a força do Governo nesta Casa, a sustentar a mesma reprovação em forma de contestação aos homens deste Poder que são contra o esbanjamento do dinheiro público, ou mesmo contrário ao desvio desse dinheiro para benefício de agrupamentos particulares."

Talvez o meu pronunciamento não tenha o merecimento da simpatia daqueles que discordam com as obrigações de prestação de contas do dinheiro público; às vezes, alguém ou alguns de nossos pares, com assento nesta Casa, possa prejudicar que estabeleçamos o interesse de debates sobre matérias vencidas; para que não haja nenhum julgamento arrôncio, para que não se cometam injustiças na análise desse meu pronunciamento esclareço que, como municipalista que sou, de sentimentos e de ações com raízes que se aprofundam há 15 anos, de participação ativa na vida pública deste Estado, ao ver e sentir o galopante e desenfreado avanço de grupos na economia municipal, para denunciar teria que me servir de exemplos alguns e de bom alvitre os mais recentes, como os fatos mencionados - diminuir a quota de participação dos municípios, num estágio de inflação das mais caracterizadas, simplesmente para aplicar em favor de grupos centralistas que se organizam e se avolumam, e, construir abismos imprevisíveis que levarão ao caos a economia nacional.

Na constituição geral dos povos, o município como célula mater constitui um dos mais poderosos elementos do sistema representativo e econômico na atividade global das Nações modernas, por isso mesmo a Constituição de cada Nação das mais desenvolvidas do globo, vêem o município como a expressão orgânica vitalizante de sua vida crescente e de seu próprio progresso; os países adiantados do mundo reservam às comunidades municipais, uma posição fundamental dentro da solução dos problemas de Administração, armando os municípios dos meios eficientes ao fortalecimento de sua própria economia e independência, nele assentando os elementos fundamentais de seu progresso.

O município brasileiro, chegou a atingir através de um processo longo de conquistas, embora influenciado por um sistema político carente de vigilância mais determinativa, uma posição que se poderia qualificar de invejável, talvez revolucionária dentro da antiga praxe administrativa imperial, alcançando grande parte da concretização do ideal municipalista, e até chegou a caracterizar a sua marcha a passos largos para o objetivo premeditado alcançando lugar acima da órbita das paixões políticas, a cada passo em que a sua integração nas suas funções básicas, ia se integrando de forma característica.

A emancipação dos municípios foi sempre um trabalho de restinção e nunca, um ato de realeza. É sempre das entranhas da verdadeira democracia que surgem a liberdade municipal.

Entre tantos outros expedientes de empobrecimento das comunidades brasileiras, citamos como um dos mais aviltantes, a loteria esportiva, essa máquina que açoita todas as áreas de economia nos municípios brasileiros, desde esmolar até os mais abastados municípios, sangrando o município todas as semanas de cada mês por ano e anos inteiros, retirando da economia circulatória na área municipal, parcelas que jamais serão devolvidas, verdadeiro ponto alto de empobrecimento comunitário das comunas brasileiras, um sistema de veneno que, embota não ofereça ou proporcione a morte rápida vai sufocando aos poucos a vida das comunas deste País, e só Deus sabe, até que ponto poderá chegar a situação dos municípios, com consequências funestíssimas à própria vida Nacional.

Verificando de perto, e sentindo o perigo iminente de uma falência de consequências imprevisíveis às comunidades municipais apresentamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimen-

to de sugestão que anexando a este nosso modesto pronunciamento se encaminhe ao Exmo. Sr. Presidente da República e aos Exmo. Srs. Ministro da Fazenda e da Justiça." (Lê):

"Súmula: — Requer, envio de sugestão aos Excelentíssimos Senhores, Presidente da República, Ministro da Justiça e da Fazenda.

O Deputado que a este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei, e tendo em vista o agravante, perigo e caracterizado empobrecimento das comunidades Municipais Brasileira, após ouvido o plenário, requer, encaminhe-se o pronunciamento e a presente sugestão abaixo às autoridades constantes da súmula; solicitando o seguinte:

- Que, se determine correção da Emenda Constitucional nº 5 de 28 de junho de 1975, dando redação global para cota de participação dos Municípios no valor não inferior a 10 por cento dos dois por cento do fundo especial.
- Retirada de circulação a Loteria Esportiva por um período não inferior a cinco anos, a partir de primeiro de Janeiro de 1976.
- Proibição por Lei regulamentar de criação de qualquer outro tipo de jogo de azar que pretende circulação e atividade de oficial no território nacional.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1975.

a) LÚCIO MACHADO".

Sr. Presidente, terminando, a denúncia está feita. O problema está aventado. O cosmos guardará as nossas palavras. O futuro caracterizará aquilo que dissemos hoje e que representa grande perigo do bloqueio da economia nacional.

Entretanto, o meu requerimento de sugestão à Mesa, que será submetido à apreciação dos Srs. Deputados, caracteriza a minha própria consciência neste instante. Presto mais um serviço na minha caminhada como um dos homens públicos do meu Estado, do Estado do Paraná.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte: (Assentimento).

Nobre Deputado Lúcio Machado, ouvi seu discurso com bastante atenção e, para não me alongar muito vou deixar para fazer referências a vários tópicos do discurso de V. Exa. em outra oportunidade em que voltar a falar sobre o assunto. Vou me referir apenas aos tópicos sobre municipalismo, artigo 20. ICM e a situação em que se encontram os municípios.

Tive a oportunidade de administrar um município durante um ano com aquele famigerado artigo 20. Depois, na nova sistemática e todos os municipalistas não deixam de reconhecer que todos os municípios deveriam ter no gabinete de seu prefeito, o quadro do maior municipalista que tivemos neste País que foi Castelo Branco, ao instituir esta nova modalidade, que permitiu aos municípios direto a sua participação, tendo condições de se equiparem, principalmente com maquinaria, com condições de atendimento à sua população sem depender daquele Artigo 20.

V. Exa. se referiu também a Emopar. Tive a oportunidade, ontem, de relatar aquele projeto na Comissão de Finanças. Deixei de apresentar o substituto ou qualquer alteração, dado o trabalho profundo feito pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares e não seria justo que eu apresentasse um substitutivo de outra forma.

E se apresentasse igual, estaria usando de um trabalho feito por aquele eminente Deputado.

Então, passamos a analisar especificamente o aspecto financeiro, que é o que cabe à nossa Comissão, da qual V. Exa. também faz parte.

E sabendo da necessidade da criação da EMOPAR - muito bem justificada demos o nosso parecer favorável aquele projeto, certos de que, agora em plenário, será apresentado substitutivo,

dando condições a todos os Srs. Deputados estudarem.

De acordo com suas consciências, estudarão e darão o parecer sobre a matéria que foi encaminhada a esta Casa.

Agradeço a V. Exa., e peço desculpas se me alonguei muito neste aparte.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço a V. Exa. E sempre foi um prazer e sempre será um prazer conceder aparte a V. Exa., nobre, ilustre e preclaro Deputado Gilberto Carvalho.

Apenas confirmando o que analisa V. Exa., V. Exa. disse, no decorrer do meu pronunciamento que medidas efetivamente das melhores para os municípios foram tomadas no período revolucionário de 74, desamarrando os municípios das áreas políticas dos outros governos, vindo assim desafogar os municípios em sua economia.

Mas, na decorrência deste tempo, nobre Deputado, o diminutivo das quotas de participação que os municípios deveriam estar recebendo em ordem crescente, levou, principalmente os Srs. Prefeitos municipais deste Brasil inteiro, a incompatibilizar-se com as populações, das comunidades, porque a cada ano que passa, os chefes executivos municipais têm que aumentar os impostos; que dobrar, até duplicar os impostos para poder subsistir dentro da obrigação administrativa comunitária.

É essa a análise que fazemos. A análise que fizemos da Loteria Esportiva é fato incontestável: são milhões de cruzeiros dos municípios e que não retornam jamais àquelas áreas.

Então, vemos o empobrecimento geral de uma forma violenta. E o empobrecimento do município é o empobrecimento de uma nação.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Lúcio Machado, ouvimos o trabalho de V. Exa., e francamente queremos externar nossa admiração pela maneira com que V. Exa. se apegou ao problema econômico de nossos municípios.

Já nesta Casa outros colegas têm ocupado a tribuna para focalizar o problema de que o Brasil é uma República Federativa somente no seu título, porque está desaparecendo o regime federativa em nosso País. E sente-se isso no setor de nossa vida econômica.

Portanto, a preocupação municipalista de V. Exa., é plenamente procedente, porque ela interessa a todo o Estado, embora tenhamos que convir que o novo Código Tributário que está atualmente em vigor tenha, até certo ponto, corrigido as distorções da política que havia ao tempo da arrecadação através do Imposto de Vendas e Consignações, em que os municípios dependiam exclusivamente do Poder Executivo para receber as suas quotas, nós não podemos negar que a União está centralizando todo o potencial econômico do País, restando muito pouco aos Estados e consequentemente, aos municípios.

De modo que me congratulo com o esforço de V. Exa., com o brilhante pronunciamento de V. Exa., e que vem colocar em relevo essa preocupação que é de todos nós, Gostaria também que V. Exa. me permitisse retornar a um aspecto em que foi V. Exa. alvo, até certo ponto, no meu entender, de injustificada crítica, com relação ao comportamento de V. Exa. na votação da matéria EMOPAR. Esta Casa tem registrado e nós vivemos de acordo com o Regimento Interno, episódios em que cada de uma vez o Deputado não se ateu ao seu voto na Comissão, ou mesmo até em primeira discussão, para reformular seu pensamento na segunda discussão. V. Exa. não está obrigado, em absoluto, seja por condição moral, ou meramente por condição formal, digo melhor, mas sim de acordo com o juízo que V. Exa. vem de formar com relação a votação em plenário relativamente ao voto proferido na Comissão.

Ao mencionar a Comissão de Finanças no Projeto da EMOPAR, não sei se ouvi bem ou se V. Exa., talvez não aludiu a este dato, mas quero também deixar consignado que eu não me

abstive de votar, mas simplesmente não estive na reunião. Mesmo porque eu me encontrava em reunião com a Comissão Executiva do meu Partido, naquele momento em que foi realizada a reunião da Comissão de Finanças. Só posteriormente é que vim a saber do resultado. Então, fica claro que se consta meu voto com abstenção, houve qualquer equívoco, porque eu não me abstive de votar, simplesmente não me encontrava presente.

Nestas condições, entendo que nos conceitos que V. Exa. emitiu também foi claro com relação ao mérito do projeto, porque V. Exa. não firmou uma posição definitiva, mas sim dependente do andamento do projeto nesta Casa.

Agora, acho que V. Exa. tem toda razão, quando reclama que as reuniões de nossa Comissão devem se revestir mesmo de todo o formalismo. Não podemos abandonar as formalidades, quando o ato, pela legalidade, deve ser formal. Dou a V. Exa. o inteiro apoio de nossa bancada, com relação a esse ponto do episódio.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de V. Exa. que me proporciona a oportunidade de resguardar ainda mais o pensamento com referência à preocupação do meu voto ter sido considerado de apoio ao projeto da EMOPAR. Essa preocupação que me levaria à tramitação do projeto nesta Casa, de forma em que se encontra terá meu voto contra. Permanecerei nesta posição até que o projeto seja apreciado até o final.

Com esses esclarecimentos, sabe V. Exa., que a nossa Comissão, naturalmente por falta de tempo, não se tem reunido e nós temos comungado, respeitosamente, um membro com outro, e dado parecer em todos os projetos, às vezes de olhos vendados.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — V. Exa. permite um aparte? Assentimento.

Nobre Deputado Lúcio Machado, a imprensa do Paraná, publicou que o voto de abstenção dado em determinada reunião com relação ao projeto da EMOPAR era nosso. Temos a informar à Casa e ao povo que não comparecemos a reunião alguma da Comissão de Finanças.

Os pareceres que temos dado aos projetos que nós são distribuídos são feitos em nosso gabinete. Na reunião em que foi tratado do projeto EMOPAR, temos a dizer que nem eu e nem o Deputado Muggiati Filho fomos convidados. O que temos a dizer é que aqui neste Plenário o ilustre Presidente daquela comissão, Deputado Quielise Crisóstomo, nos deu conhecimento do parecer que havia sido dado em reunião da Comissão, na presença dos Deputados Gilberto Carvalho e João Cioni Neto, e que nele se encontrava a assinatura do ilustre companheiro nosso que, neste instante, ocupa a tribuna.

Não assinamos aquele parecer porque, infelizmente, nosso parecer e nossas ideias não são as mesmas, das que estão expostas no parecer daquela Comissão.

Queríamos que este esclarecimento ficasse registrado nesta Casa e principalmente à imprensa aqui credenciada que nem eu e nem o Deputado Muggiati Filho participamos da reunião que tratou do projeto da EMOPAR.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de V. Exa. Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumpre agradecer à atenção desta Casa ao meu pronunciamento e pedir aos Deputados de ambas as bancadas que votem pela minha sugestão, de requerimento ao Exmo. Sr. Presidente da República e aos Exmos. Srs. Ministros da Fazenda e da Justiça, porque o problema é de alta complexidade e envolve a economia não somente do Paraná, como do Brasil inteiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela ordem) Sr. Presi-

dente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 32 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e consequente votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 65/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 127/75 que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Nova Londrina, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Arthur Bernardes. Parecer favorável da CC.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 66/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 128/75 que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de Itapejara do Oeste, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Humberto de Alencar Castelo Branco. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 90/75, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública, a Comunidade Carmelitana da cidade de Paranavai. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 95/75, de autoria do Deputado Ivan Ruppel, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Cambará. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 67/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 137/75 que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Santa Izabel do Oeste, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede daquele município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Santa Izabel do Oeste, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 137/75

Mensagem do Governador, transformada na presente Proposição, que encaminha cópia do Convênio celebrado pelo Go-

verno do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Santa Izabel do Oeste, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede daquele município.

Cumpra assim, o Sr. Governador do Estado, o disposto no item VII do Art. 22, da Constituição Estadual, e o interesse público da matéria está expresso no texto do tratado.

Pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que determine a instalação de um posto de salva-vidas entre o Posto Principal de Guaratuba e o Morro do Cristo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 9º aniversário de Céu Azul, no dia 9 do corrente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, visando a construção de salas de aula no distrito de Cambará, município de Tuneiras do Oeste. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, encarecendo prioridade para implantação de rede de água na sede do município de Tuneiras do Oeste. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhada sugestão aos Srs. Presidente da República, Ministros da Justiça e da Fazenda, no sentido de que determinem correção da Emenda Constitucional nº 5, de 28 de junho de 1975, dando redação global para cota de participação dos municípios e retirada a Loteria Esportiva por um período não inferior a cinco anos. — **Em discussão.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Para discutir. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 90/75 e 95/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 67/75.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 71/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 186ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1975.

(Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretaria-
da pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Jorge Sato.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernsto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Luiz Carlos Zuk, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53), achando-se ausente o Sr. Maurício Fruet. (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 80/75

Curitiba, 10 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo nº 04/75, celebrado em 18 de setembro de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o Estado do Paraná, o Estado do Rio Grande do Sul e o Estado de Santa Catarina, objetivando o desenvolvimento em regime de mútua colaboração, de uma programação para o setor metal mecânica da região sul, com vistas à sua expansão e modernização.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 81/75

Curitiba, 10 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 18 de setembro de 1975, ao Acordo 07/73, celebrado em 08 de outubro de 1973, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, objetivando a execução da impressão dos mapas de Aptidão Agrícola das áreas 3 e 7 do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 82/75

Curitiba, 10 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio nº 24/75, celebrado em 05 de setembro de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando colaborar financeiramente com a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, para a publicação, em conjunto, de vinte e um (21) modelos de leis básicas municipais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 83/75

Curitiba, 10 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio nº 25/75, celebrado em 05 de setembro de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando a realização em colaboração financeira com a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, de dezoito (18) cursos de treinamento no âmbito da Administração Municipal.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 84/75

Curitiba, 10 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 16 de setembro de 1974, ao Convênio celebrado em 10 de julho de 1974, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de DOIS VIZINHOS, objetivando a construção na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda

da Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado
— **A Comissão de Constituição e Justiça**

MENSAGEM 85/75

Curitiba, 10 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 22 de setembro de 1975, ao Convênio celebrado em 04 de junho de 1974, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de IGUA-RAÇU, objetivando a construção na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado
— **A Comissão de Constituição e Justiça**

MENSAGEM 86/75

Curitiba, 10 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 16 de setembro de 1975, ao Convênio celebrado em 28 de dezembro de 1973, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de COLORADO, objetivando a construção na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado
— **A Comissão de Constituição e Justiça**

MENSAGEM 87/75

Curitiba, 10 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo, datado de 17 de setembro de 1975, ao Convênio celebrado em 10 de julho de 1974, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de PARANACITY, objetivando a construção na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado
— **A Comissão de Constituição e Justiça**

MENSAGEM 88/75

Curitiba, 10 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 29 de setembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e do Interior com o Município de BARRA DO JACARÉ, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado
— **A Comissão de Constituição e Justiça**

OFÍCIOS:

Sob o nº 01/75, do Sr. Presidente ORANDI CASTRO DE PRADO, da Câmara Municipal de São João do Ivaí, no qual encaminha sugestão do Vereador José Francisco de Queiroz, aprovada por unanimidade do plenário, que solicita a todas as Câmaras Municipais do Paraná, que aprove e envie carta ou ofício à Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, solidarizando pela brilhante atitude que tomou o Presidente do Instituto Brasileiro do Café. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 183/75, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castro, no qual encaminha a esta Casa fotocópia do requerimento nº 38/75, de autoria do nobre Vereador TAKESHI MAEDA, de um voto de louvor e agradecimento ao Deputado Estadual, Sr. Dácio Leonel de Quadros, por sua brilhante atuação em defesa dos interesses e dos ideais Castrenses. — **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

TELEGRAMAS:

Do Sr. Dr. JOSÉ CARLOS ROSS, nos seguintes termos: TEMOS SATISFAÇÃO DE COMUNICAR VOSSA SENHORIA ACONTECIMENTO AUSPICIOSO PARA O PAÍS ET PARA MEDICINA NACIONAL OCORRIDO EM TOKIO PT DR PEDRO KASSAD PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MEDICA BRASILEIRA VG FOI ELEITO HOJE PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MEDICA MUNDIAL PT ELEVANDO NOME CATEGORIA MEDICA BRASILEIRA PT ATENCIOSAS SAUDAÇÕES. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Sr. CIRO CORREIA, nos seguintes termos: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL UNIÃO DA VITÓRIA VG CORRESPONDENDO ANSEIO DAS CLASSES REPRESENTADAS VG SOLICITA APOIAMENTO PESSOAL VOSSA EXCELENCIA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS VG JUNTO ORGÃOS GOVERNAMENTAIS SENTIDO SE VER RESTABELECIDO TRANSITO RODOVIA UNIÃO DA VITÓRIA PALMAS VG PARALIZADO E IMPRATICAVEL HA DIAS PT COM SENSÍVEIS REFLEXOS ECONOMIA REGIONAL PT ESSA ASSOCIAÇÃO ENSEJA ESTUDO PLANOS EMERGENCIAS EM CONJUNTO CONSTRUÇÃO BR 153 PT CORDIAIS SAUDAÇÕES. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições requer, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações e regozijo pelo transcurso do dia consagrado ao professor, classe essa que é o susten-

táculo da formação cultural de uma Nação e que através de seu despreendimento e trabalho insano determina a Pátria os filhos do amanhã, que irão gerir os destinos de um Brasil grande.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja inserto na ata desta sessão, um voto de regozijo pelo transcurso hoje, do "Dia do Professor".

Muitas vezes incompreendida e não valorizada convenientemente, a missão do educador-forjando caracteres e despertando potencialidades - é das mais nobres e significativas. Merece, pois, o professor, especialmente na data que lhe é consagrada, o reconhecimento e o respeito da sociedade.

Requer, ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Associação dos Professores do Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja consignado um voto de regozijo pela passagem do "Dia do Professor", que se comemora nesta data.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Professores do Paraná, abre a sua mensagem aos mestres de nosso Estado com esta frase de Victor Hugo: "Modelar uma estátua e dar-lhe vida é belo. Modelar uma inteligência, dar-lhe verdade é sublime".

Esta, é a nobre missão confiada aos nossos mestres.

Falar do total espírito de renúncia ou da integral dedicação que o exercício do magistério requer, seria desnecessário, do magistério requer, seria desnecessário, pois, a longa espera pelo seu Estatuto e os mingua dos vencimentos recebidos por essa nobre mister, por si só já justificam nossa proposição.

Educar. Abrir o caminho do saber. Dar ao Homem melhores condições do uso de sua inteligência, aprimorando-lhe o modo de pensar e agir.

Tudo isso, desinteressadamente, pois é sabido que, por diversos fatores, a remuneração atribuída aos professores não lhe compensaria inteiramente pela diuturna dedicação que o exercício desse sacerdócio exige, não só com a presença física nos locais de trabalho, como também pela preparação e aprimoramento que o seu mister impõe, furtando, em muitas oportunidades, maior atenção aos seus próprios lares, num sacrifício contínuo voltado à busca do bem estar de seus semelhantes e na conquista de insofismável progresso de sua Pátria, que se consolida através da Educação e da Cultura.

Aos professores portando, onde quer que estejam desejamos que, por meio deste expediente, recebam parte das merecidas homenagens que lhes são devidas.

Entendemos que o poder político representado pelos integrantes do Legislativo é a expressão mais vigorosa da vocação de liberdade, fé e esperança de um povo. E, em nome desse povo, queremos tributar ao esteio do saber - o professor - o reconhecimento da grandeza positiva, do civismo e da promoção do ser humano.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem). Sr. Presidente, de

acordo com a vontade de diversos Deputados, pediríamos a V. Exa. acatar sugestão nossa, que encaminharemos por escrito para que seja suspensa a sessão em homenagem ao "Dia do Professor".

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a sugestão do nobre Deputado Manoel, que enviará por escrito para que a Mesa decida. - (Pausa).

Encontra-se sobre a Mesa requerimento do Sr. Deputado Gabriel Manoel, tendo a seguinte redação: (Lê):

"Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, o levantamento da presente sessão, em regozijo pelo transcurso nesta data, do "Dia do Professor".

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975."

- Em votação o requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI - (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, já conversamos com o Sr. Deputado Gabriel Manoel, autor do requerimento, e depois de também havermos contado com a ilustre bancada do MDB e por se constituir a data de hoje significativa para uma justa homenagem ao Professorado da nossa terra, convencionamos, Sr. Presidente, salvo melhor juízo do plenário que, antes de suspendermos a sessão, as duas bancadas aqui representadas estimaríamos, da tribuna, manifestar seu regozijo pelo transcurso da data. Por esta razão, Sr. Presidente, consulto V. Exa. se há possibilidade de ambas as lideranças indicarem um dos seus membros, um membro de cada bancada para falarem sobre a efeméride, após o que nós apoiaríamos a propositura e suspenderíamos a sessão. Era a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - Sobre a questão de ordem do nobre Deputado Ivo Thomazoni, a Mesa informa à Liderança que cada bancada solicite o seu pronunciamento a respeito do requerimento e nós acataremos.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Para encaminhar a votação. Quero dizer que estamos de pleno acordo com a propositura do nosso Líder.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - (Para encaminhar a votação). A iniciativa que partiu do nobre Deputado Gabriel Manoel não poderia deixar, como não foi e não o será desacatada pelo plenário.

E, na justificativa apresentada pelo ilustre Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, quando irão e vão se pronunciar as duas bancadas, está o MDB de total acordo e daremos o acatamento por parte desta bancada.

O SR. PRESIDENTE - Diante do acordo das duas bancadas, a Mesa dá aprovação à sugestão do nobre Deputado Ivo Thomazoni e dá a palavra ao orador da bancada do MDB e, em seguida a estes dois pronunciamentos, será suspensa a sessão, de acordo com o requerimento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Era pensamento da bancada do MDB desta Casa, neste dia, antecipando a este fato aqui ocorrido, pedido pelo ilustre Deputado Gabriel Manoel, fazermos-nos presentes a esta tribuna, para aqui, neste dia, falarmos um pouco do educador de nossa terra, do Paraná, e do educador brasileiro. Sabíamos perfeitamente bem de que, nesta data, nenhum dos homens que compõem esta Casa, desde os Srs. Deputados, dos Srs. Funcionários, do pessoal aqui credenciado pela imprensa falada, escrita e televisivada deste Paraná, não têm nas suas lembranças aquela imagem do primeiro contato, fora das suas famílias, dos bancos escolares com o professor primário, o professor secundário e o professor universitário.

Nem todos, tiveram a felicidade de concluir o curso superior, mas todos reconhecem de que, realmente, o primeiro con-

tato, além da nossa família, a primeira formação do caráter além dos nossos familiares, é realmente o professor e tem que ficar como sempre, o que foge do caráter da pessoa humana.

E o Movimento Democrático Brasileiro, identificando-se nos princípios de reconhecimento do sentimento humano, não poderia faltar, nesta oportunidade, de traduzir através de um de seus representantes, aquilo que realmente, demonstra o afeto e o carinho do povo brasileiro.

Queremos também, nesta ocasião, além de nos congratularmos com esta classe do Paraná e do Brasil, transcender esse nosso pronunciamento para referendar aquelas proposições nossas, antes da investidura neste cargo, para dizer que o MDB, após as eleições, continuou com o mesmo prisma, com o mesmo caminho, qual seja, de encontrar realmente as soluções do Magistério Paranaense, que nós temos o carinho, principalmente, as atenções voltadas.

Esteve nesta Casa, o Sr. Secretário de Educação e Cultura deste Estado, ex-Deputado Francisco Borsari Neto, o qual através da sua palavra, nos deu, não a nós, mas ao Paraná, o testemunho, que até este mês que temos ainda mais quinze dias, estaria neste plenário, nesta Casa, aquilo que não é nosso, do MDB que reclamou. Que não é os Srs. componentes da ARENA que reclamam, mas é a família dos professores paranaenses que estão aí, a demonstrar que realmente a sua classe está mal assistida.

E nós, nesta oportunidade, confiando na palavra do Sr. Secretário de Educação e Cultura que representa este Governo aí instituído, queremos acreditar que realmente até o final deste mês estará aqui a Mensagem que irá sanar em parte as dificuldades que atravessam as famílias dos professores paranaenses.

O que nós traz a fazer o testemunho em nome do MDB nesta tarde é de que realmente todos os Senhores Deputados estão imbuídos dos melhores propósitos para com a classe do professorado deste Estado, faltando tão somente nesta Casa o referendo do Executivo, através da Mensagem do Estatuto do Magistério.

Queríamos, Sr. Presidente, nesta ocasião, transmitir o acatamento unânime da bancada do MDB, somado com o posicionamento sempre limpo nas causas justas deste Paraná, com a ilustre bancada da ARENA, para que façamos o assédio a este Governo para que realmente cumpra a finalidade, o objetivo do Governo Federal, colocando a Educação sempre acima de outras metas da administração.

Ao finalizar queríamos tão somente transmitir aos professores deste Estado, aos professores deste País, de que nesta Casa, nos homens que compõem a bancada do MDB, terão sempre o respaldo, a admiração e o acatamento nas suas justas reivindicações.

Queremos, ao final, trazer a esta Casa uma das frases que todos nós conhecemos, que todos os brasileiros conhecem, de que aprendendo no banco escolar, traduzindo nas ações de brasileiros, referendamos nesta administração aí implantada aquilo que realmente é o sentido de brasilidade, o sentido de aprendermos a amar esta terra, iniciando desde o Hino Nacional, desde a implantação do Hino do Paraná até o Hino das cidades que representamos. Nesta ocasião, queremos traduzir ao professorado paranaense, a admiração e o respeito do MDB do Paraná.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Caracteriza-se o ocaso deste Século XX por uma gama de crises que sempre marcaram na História os diferentes ciclos da Humanidade.

A conquista dos bens materiais do homem sempre foi procedida por um parto doloroso. Rompia-se o liame com o passado, para ingressar em novos caminhos. A vítima do alvorecer de novas civilizações foi o seu autor, o homem.

Elabora-se, em nossos dias uma nova civilização, um mundo novo e, consequentemente, um homem novo. Fala-nos São Paulo que o Cristianismo transformou o mundo e tornou os seus habitantes racionais em "Homem novo", com valores espirituais, com fim específico e com rumos definidos.

A maior transformação operada na aldeia terrestre foi perpetrada pela Mensagem do Evangelho, cujo resumo, sintetiza-se na palavra: fraternidade — o homem é irmão de seu semelhante. A fortuna não superioriza; a inteligência não galardeia de privilégios; a glória não eleva; o poder não cumula a autoridade com direitos de superioridade.

Essa gama de valores foi legada às gerações até este findar do Século XX. A Instituição canalizadora destes valores foi a Igreja Católica e outros Credos, ancorados nas Sagradas Escrituras. Criaram-se as instituições subsidiárias, o Mosteiro, o Convento, a Universidade. Nas conflagrações locais ou generalizadas essas instituições preservaram não só o legado do Cristianismo, mas também as conquistas do saber humano, fiéis aos humanismos grego que se incorporou através de São Paulo à mensagem cristã: "Nihil humanum a me alienum..." Nada o que for humano é estranho.

A inteligência humana, graças a seus expoentes quer do pensar, quer do agir, não se limitar; a mera repetição das conquistas, mas os líderes guiados pelo desejo de progredir, coadjuvados pela instituição, começaram a partir do Renascimento, a construir um mundo novo. Por vias complexas, perseguidos pela tradição, condenados pelos conservadores, chegaram a pagar com suas vidas na defesa de suas idéias ou de suas descobertas.

Triunfou a realidade; venceu a razão. Construiu-se uma nova civilização que ampliou a atividade humana, antes baseada quase que exclusivamente sobre o braço do homem. A técnica encontrou lugar ao sol, a ciência conquistou foros de autonomia, a fé, purificada, passou a ter o seu campo específico e atingimos o atual estágio de sociedade pluralista.

Incertos são os rumos que o habitante da aldeia terrestre palmilhará. Como no decurso da História, também hoje, o parto dessa civilização é doloroso. Conflitam-se ideologias. Contestam-se valores. Buscam-se, desesperadamente, fins e sentido para a vida do homem. Aplicam-se técnicas ao melhoramento do caráter. Investem-se no aperfeiçoamento desta e das gerações futuras para que se tornem aptas para assumir os pesados ônus que nos aguardam para a próxima centúria.

Nesta luta incessante houve e há um agente que a humanidade aprendeu a respeitar. Envergonhou ela as mais complexas roupagens; caracterizou-se por mais variadas formas; desempenhou as mais complicadas missões; enfrentou os mais terríveis obstáculos. É o mestre. É o professor. É o pedagogo. É o docente. É o homem que ensina.

Justa é a homenagem que se presta nesta data àquele cuja missão é ensinar. Ensinar os mistérios dos alfabetos e as fórmulas dos números. Ensinar as teorias do passado, que modulam o presente. Ensinar o mistério do homem, como ser composto de matéria e espírito, como uma criatura excepcional e única, entre as demais que são postas a seu serviço.

Justa é a homenagem que se presta àquele que escolheu por vocação formar homens e consciências. Se no reino animal, amoldam-se os mais diferentes seres para servir ao homem; se no reino vegetal cultivam-se plantas para alimentar e ornar o universo, se no reino inanimado converte-se a brutalidade em utilidade, no domínio do humano forma-se ou deforma-se a consciência.

Constrói-se ou destrói-se o homem. Forma-se uma criatura útil ou pernicioso. É na formação da consciência, que apreende na História o respeito pelas realizações dos nossos maiores e abre os horizontes para apropriar-se de novos valores que reside a grandiosidade do mestre.

Justa é a homenagem que se rende àquele cuja missão é sacerdócio. Exige dele o equilíbrio de respeitar o legado do passado, configurar em molduras coadunantes com a realidade

presente e abrir a perspectiva para o futuro.

Árdua foi a tarefa do mestre no passado. Sua liberdade sempre foi vigiada, seus passos controlados. Muitas vezes pagou caro sua independência; outras vezes expôs-se ao patíbulo do vergaste dos mandantes, poucas vezes viu-se recompensado.

Mais árdua é sua tarefa em dias fluentes. Concorrem com sua missão as invenções da inteligência humana. A descoberta da imprensa quer usurpar seu lugar; os modernos meios de comunicação invadem seu campo, geralmente para desensinar e deformar. Ele luta e nesta luta nem sempre é compreendido e muitas vezes olvidado.

A ARENA, órgão eminentemente político, voltado como é de sua essência de existir para o poder, e que hoje o detém, associa-se por seus representantes na Assembléia às homenagens, tributadas aos mestres.

Estamos conscientes de que eles desempenham a missão, cumprem uma das metas nossas e do Governo Estadual que é a valorização do homem. Nos mais recônditos rincões do nosso interior eles constituem-se em sentinelas avançadas do desenvolvimento de amanhã, porque abre as mentes e os horizontes dos jovens.

Confessamos, conscientes de que o mestre ainda não encontrou aquele carinho que merece, principalmente no que diz respeito a sua remuneração. Pedir compreensão, seria ousado demais. Pedir paciência, seria zombar da espera. Pedir perdão, talvez seria o mais razoável.

Também o perdão não cabe, pois não é de nossa alçada solucionar todos os problemas que afloram. As implicações são profundas, quando em nossos dias os encargos com o ensino e com a educação recaem quase que totalmente sobre os ombros da administração pública.

Creemos, nós da ARENA, que nos resta apenas um caminho. Nós compreendemos a necessidade e a urgência de solucionar as premências dos professores. Compreendemos porque só eles satisfeitos, só eles sem problemas, pelo menos sem os financeiros, poderão transmitir otimismo, fé e esperança para os seus jovens educandos. Compreendemos que o dinheiro expendido em educação é investimento, é o melhor patrimônio que podemos legar aos pósteros.

O caminho que se apresenta mais racional é o de juntos unirmos os esforços, dentro das crises econômicas, institucionais e políticas, não esmorecermos na luta. O professor unido nas suas pretensões, dentro dos parâmetros justos e nós num estudo viável para os orçamentos e para o erário estaduais, buscamos reivindicar aquelas pretensões que sempre foram justas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se no final dessa alocução despretenciosa, pudesse me dirigir ao mestre, eu diria: Sr. Professor. No dia em que se festeja a data comemorativa a ARENA através de seus parlamentares transmite-lhe a sua homenagem, cumprimenta-o respeitosamente e empenha sua palavra de esperança e de otimismo, quanto ao amanhã".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimentos de autoria

dos Srs. Deputados Ezequias Losso, Fidelelino Tolentino e Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente, solicitando voto de congratulações e regozijo, pelo transcurso em data de hoje do "Dia do Professor". – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da tribuna, solicitando o levantamento da sessão em homenagem ao "Dia do Professor". – **Aprovado.**

Em face de ter sido suspensa a presente sessão, fica marcada outra para amanhã, dia 16, quinta-feira, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje, e marcando outra sessão ordinária, para sexta-feira, dia 17, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Resolução nºs 60/75 e 61/75 e de Lei nºs 5/75, 76/75 e 77/75.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 543/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9954, de 2 de outubro de 1975, deste poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a JOSÉ ANTONIO MAINGUE, ocupante do cargo de Médico, nível PL 27, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de outubro de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 544/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9938, de 19 de outubro de 1975, deste Poder.

RESOLVE:

autorizar, GERALDA MACEDO SALDANHA, ora à disposição deste Poder Legislativo, prestando serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado OSVALDO MACEDO, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 19 de setembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de outubro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral